



APAGAMENTO E RE-EXISTÊNCIA: DISPUTAS DE MEMÓRIA E DISPUTAS DE LUGAR NA “PEQUENA ÁFRICA” - RJ

Fernanda Sánchez

Universidade Federal Fluminense | fsanchez@id.uff.br

Gabriela Lima de Onofre

Universidade Federal Fluminense | gabrielalo@id.uff.br

Calin Jean Pierre

Universidade Federal Fluminense | calinjean@id.uf.br

Marcele da Silva Figueiredo

Universidade Federal Fluminense | marcelefigueiredo@id.uff.br

Rafael Alves Corradi

Universidade Federal Fluminense | rafael.corradi91@gmail.com

Sessão Temática 9: CIDADE, HISTÓRIA E CULTURA EM DISPUTA

Resumo: A região portuária do Rio de Janeiro desempenhou um papel fundamental no contexto escravista das Américas, pois foi um centro de recepção e comércio de escravizados. O artigo destaca os processos urbano-culturais da área reivindicada como “Pequena África”, enfatizando sua identidade como espaço de resistência afro-diaspórica, que perdura apesar das tentativas de embranquecimento e silenciamento geradas por políticas urbanas racistas. Se propõe caracterizar “grafagens” como repertórios materiais de ação espacial, atos de “geografar” e disputar a consciência territorial por meio da ativação da memória dos lugares. Estas, são entendidas, como referências de releitura da história e do espaço, que mobilizam conteúdos, produzindo câmbios de identidade e pertencimento. O objetivo é demarcar a presença do movimento negro na resistência e reafirmação da região como marco na cultura afro-brasileira e nas lutas por futuros que reconheçam e respeitem suas ancestralidades no território.

Palavras-chave: disputas de memória, repertórios espaciais de ação, território afro-diaspórico, Pequena África, área portuária.

ERASURE AND RE-EXISTENCE: DISPUTES OVER MEMORY AND DISPUTES OVER PLACE IN “LITTLE AFRICA” - RJ

Abstract: *The port region of Rio de Janeiro played a fundamental role in the context of slavery in the America, because it was the center for the reception and trade of enslaved people. The article highlights the urban-cultural processes of the area claimed as 'Little Africa,' emphasizing its identity as a space of Afro-diasporic resistance, which endures despite attempts of whitening and silencing generated by racist urban policies. We propose to characterize 'grafagens' as material repertoires of spatial action, acts of 'geo-grafar,' disputing territorial consciousness through the activation of the memory of places. These is understood as reference for reinterpreting history and space, which mobilizes contents, producing changes in identity and belonging. The goal is to delineate the presence of Black movements in the resistance and reaffirmation of the region as a landmark in Afro-Brazilian culture and in the struggles for a futures that recognize and respect their ancestries in the territory.*

Keywords: *memory disputes, spatial repertoires of action, Afro-diasporic territory, Little Africa, port area.*

SUPRESIÓN Y REEXISTENCIA: DISPUTAS DE MEMORIA Y DISPUTAS DE LUGAR EN LA “PEQUEÑA ÁFRICA” - RJ

Resumen:

La zona portuaria de Rio de Janeiro fue fundamental en el contexto esclavista de las Américas, ya que fue un centro de recepción y comercio de esclavizados. El artículo destaca los procesos urbano-culturales del área reivindicada como 'Pequeña África', enfatizando su identidad como espacio de resistencia afro-diaspórica, que perdura apesar de los intentos de blanqueamiento y silenciamiento generados por políticas urbanas racistas. Proponese caracterizar las 'grafías' como repertorios materiales de acción espacial y disputar la conciencia territorial mediante la activación de la memoria de los lugares. Estos son entendidos como referencias de relectura de la historia y del espacio, que movilizan contenidos, produciendo cambios de identidad y pertinencia. El objetivo es demarcar la presencia del movimiento negro en la resistencia y reafirmación de la región como un hito en la cultura afrobrasileña y en las luchas por futuros que reconozcan y respeten sus ancestralidades en el territorio.

Palabras clave: *disputas de memoria, repertorios espaciales de acción, territorio afro-diaspórico, Pequeña África, área portuaria.*

INTRODUÇÃO: UM ESFORÇO DE DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA

A “Pequena África” é uma área localizada na região portuária do Rio de Janeiro, com significativa importância histórica e cultural, marcada por uma rica herança resultante da contribuição dos africanos para a formação da identidade carioca. No século XIX, o termo se referia a um conjunto de ruas e espaços habitados principalmente por africanos e seus descendentes, que eram escravizados e, posteriormente, libertos. Historicamente, a Pequena África estava próxima ao Cais do Porto, tendo sido um local central para atividades relacionadas ao comércio de escravos.

Diante dessa breve introdução, o artigo propõe uma leitura das disputas urbano-culturais e políticas na área portuária do Rio de Janeiro, reivindicada por alguns movimentos como a “Pequena África”. Efetivamente, desde 2009, a região enfrenta um novo ciclo de apagamento à população afrodescendente, impulsionado pelos Grandes Projetos Urbanos (GPUs), como a Operação “Porto Maravilha”. Este GPU, concebido para as Olimpíadas 2016, foi realizado por meio de parceria público-privada para renovar áreas consideradas degradadas e modernizar o antigo porto, ameaçando a memória e a herança afro-diaspórica.

Neste território a presença negra é significativa desde os primórdios da escravidão. Com o passar do tempo e as sucessivas leis de libertação dos escravizados, grande parte da população afrodescendente se estabeleceu na área, inclusive migrando de outras cidades brasileiras. A forte presença negra na região no início do século XX consubstanciou práticas, objetos e matrizes culturais africanas, não sem sofrer proibição legal e repressão policial de diversos destes costumes, o que formou e fortaleceu as comunidades e resistências negras.

O Porto e seu principal cais foram tornados centros de recepção e comércio de escravizados, a maioria trazidos da África Ocidental, onde hoje são Angola, Congo, Moçambique e Guiné, juntamente com suas diversidades étnicas, culturais e linguísticas. O comércio transatlântico de negros teve um impacto significativo na formação social, cultural e econômica dos territórios destinos. Mesmo com a abolição, essa população continuou tecendo laços de cultura e pertencimento no território, que constituem rica parcela para a cultura do nosso país.

Apesar das diversas transformações e processos de urbanização que a área enfrentou ao longo do tempo, ela ainda preserva elementos de sua história, como igrejas, ruas e monumentos que refletem sua herança afro-brasileira. Nos últimos anos, iniciativas culturais e educacionais têm buscado valorizar essa região, resgatando e celebrando sua importância na luta pela igualdade, reconhecimento da cultura afro-brasileira e acesso à cidade.

A perspectiva teórico-metodológica adotada propõe identificar as disputas narrativas sob a lente descolonial para desafiar estruturas hegemônicas e ressignificar histórias marginalizadas. As territorialidades afro-diaspóricas mostram como a diáspora africana cria espaços de pertencimento e resistência. Por esse viés o trabalho destaca narrativas espaciais históricas e contemporâneas como ferramentas de afirmação territorial, de “enegrecimento”, fundamentadas nas disputas de sentido do, no e pelo espaço (MASSEY, 2005), na desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008; PORTO-GONÇALVES, 2002) e nas novas

gramáticas territoriais (GUTERMAN, 2017), a fim de confrontar os grandes projetos e a imagem espetacular da operação urbana, por meio dos repertórios espaciais de ação das lutas antirracistas. Estes permitem compreender conexões entre violência e sofrimento, resistência e criação; visando um giro epistemológico afirmador de territorialidades.

Diante do passado, presente este trabalho, se procura destacar narrativas históricas e contemporâneas da diáspora africana enquanto ferramentas na busca de reconhecimento e afirmação territorial, por meio dos "repertórios espaciais de ação" (SANTOS, 2022), que combatem o embranquecimento do território em suas três dimensões, como descrito por Santos (2018), espacial, imagética e cultural. O autor apresenta o conceito de "embranquecimento" do território como chave para entender a lógica racista na produção do espaço. Este conceito inclui três dimensões: "branqueamento de ocupação", que envolve substituição e violência contra grupos não-brancos; "branqueamento da imagem do território", que valoriza narrativas brancas e marginaliza a identidade dos grupos subalternizados; e "branqueamento cultural do território", que impõe símbolos eurocêtricos em detrimento das culturas não brancas. O embranquecimento não é apenas uma mudança demográfica, mas uma disputa político-simbólica acerca das representações e identidades territoriais, resultando no apagamento e invisibilização desses grupos.

Portanto, o conceito de embranquecimento do território não se refere apenas a uma mudança demográfica, mas também à disputa político-simbólica pelas representações acerca do lugar, na qual patrimônios materiais (arquitetônicos, urbanísticos) e imateriais (práticas culturais junto à memória histórica) são mobilizados como signos de identidade.

Por sua vez, o olhar deste texto estabelece um diálogo com o de Doreen Massey (2008), que conceitua "espaços de multiplicidades" como áreas dinâmicas onde histórias e práticas se sobrepõem e interagem. Em vez de serem vistos como entidades fixas e homogêneas, são entendidos como produtos de múltiplas influências, refletindo a diversidade das relações sociais e dos conflitos. Ademais, emprestamos o conceito de "gramática territorial", de Bruna Guterman, como proposta a reconhecer padrões alternativos aos dominantes nas grafagens e repertórios espaciais de ação afro-diaspórica. Subversivas, essas gramáticas territoriais re-existent desafiam as ordens impostas por atores hegemônicos ligados à operação urbana e à agenda do espetáculo, e indicam outras ordens, outros arranjos com referentes históricos (GUTERMAN, 2017).

Mediante esta lente teórico-metodológica, ocupar um território, subverter seus sentidos e apropriações são valiosos instrumentos para disputa do lugar e da memória, iluminar e enegrecer a vida pulsante e combater o apagamento histórico compulsório. A desobediência epistêmica desvincula os fundamentos ocidentais do conhecimento, e abarca outras formas de apreender o mundo, racializadas. Tais conhecimentos foram e são apagados e negados, à medida em que seus sujeitos criadores foram e são desumanizados. Apoiar-se numa episteme descolonial é desobedecer a lógica hegemônica de raça e classe, pois "a opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender" (MIGNOLO, 2008, p. 290)

A fase anterior deste projeto foi marcada pelo ativismo cartográfico que permitiu compor um manual urbanístico da presença afrodiaspórica no território. Na presente fase, a proposta foi reconhecer e classificar diversos dispositivos espaciais de ação nas disputas territoriais com base nas vivências em campo: mosaicos, grafites, registros corpo-movimento, blocos de carnaval, ocupações culturais e de moradia, lambe-lambes, coletivos, centros de cultura e memória afro-diaspórica, murais, monumentos e intervenções efêmeras. A leitura do território consistiu nas visitas, permanências e contato com moradores em oficinas, coletivos e movimentos negros, a fim de entender suas vivências e perspectivas.

O presente artigo está estruturado em cinco partes, sendo elas: (1)-Introdução, com a perspectiva teórico-metodológica da desobediência epistêmica, (2) - A Pequena África invadida pela OUC Porto Maravilha, (3) - Caminhos e imaginários: a dimensão material da história na Pequena África, (4) Arte, cultura e ritual: o imaterial e intangível no espaço urbano, e (5) Considerações finais.

A PEQUENA ÁFRICA INVADIDA PELA OPERAÇÃO URBANA PORTO MARAVILHA

A Operação Porto Maravilha foi realizada na esteira das Olimpíadas de 2016, ligando agentes públicos e privados com propósito de renovar a urbanização de áreas degradadas, objetivou modernizar a antiga zona portuária e transformá-la num waterfront, semelhante aos de Barcelona, Boston e Londres. Junto a esta ação, novas desigualdades sócio territoriais são produzidas, que resultam na gentrificação e no apagamento da cultura africana.

Tais intervenções geraram novas desigualdades socioespaciais. O planejamento urbano e a cidade foram transformados em produtos à venda, orientados por políticas de image-making que buscam construir cidades de padrão global. Essa produção urbana world class intensificou os conflitos na Pequena África, território afro-diaspórico que integra a Área Portuária do Rio de Janeiro, agravando as assimetrias socioespaciais, e intensificando a disputa pelo território.

Sánchez (1997) e Arantes (2000) nos esclarecem que a cultura é um elemento central no planejamento urbano estratégico, seus agentes se valem da criação de museus, equipamentos culturais, espaços de lazer e realização de eventos locais ou globais para a projeção da imagem da cidade. Neste sentido, conceitos como cidade-empresa, cidade-mercadoria, cidade-empreendimento, cidade-negócio são debatidos há décadas (VAINER et al, 2000; SÁNCHEZ, 2004; COMPANS, 2005). Mediante a lente destes autores e obras percebe-se que o planejamento e a cidade passaram a ser, nesta época, de fato, modelados junto às políticas de marketing. Além disso, este modelo de produção urbana world class amplificou o conflito no território, o valor da terra, os despejos, as remoções e outras violências urbanísticas.

De fato, a região portuária, marcada por práticas de planejamento contraditórias, é reconhecida por dinâmicas que promovem a substituição de grupos étnicos e de renda baixa (SANTOS, 2018). Essas intervenções descaracterizam suas raízes culturais e atraem um perfil

diferente de cidadãos, de renda e de classe. O território é reconhecido pela sua vivacidade e ancestralidade carregadas ao longo do tempo por meio da oralidade e práticas passadas de geração em geração, enraizadas no território. As transformações urbanas provocam uma mudança no contexto cultural desse povo.

Comprometidos com a valorização imobiliária e geradores de gentrificação, os GPUs assaltam a memória e a cultura afro-brasileira local e promovem processos de embranquecimento (SANTOS, 2022a,b). A invisibilização da população negra, que há séculos habita essa área, intensificou os desafios decorrentes da falta de infraestrutura e agravou as desigualdades existentes.

A neoliberalização do espaço é um processo multifacetado (MASSEY, 2008), caracterizado pela transformação das dinâmicas territoriais sob políticas urbanas neoliberais. Essas políticas moldam os territórios com base na mercantilização do espaço, que privilegia o capital em detrimento das necessidades coletivas. O espaço reestruturado se torna um campo de disputa, onde o direito à cidade é reivindicado por movimentos sociais negros que buscam uma apropriação mais equitativa e democrática do espaço, já em épocas bem anteriores à própria operação urbana (SANTOS, 2018, 2022a).

UM ESFORÇO DE DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA

Ocupar um território, subverter seus sentidos e apropriações são valiosos instrumentos para disputa do lugar e da memória, iluminar e enegrecer a vida pulsante e combater o apagamento histórico compulsório. O projeto de pesquisa está voltado a um exercício de desobediência epistêmica, por meio de uma leitura racializada do território, na busca de desaprender e reaprender sentidos, representações e repertórios urbanos. (MIGNOLO, 2008, P.290)

Para Santos (2022b), o conceito de embranquecimento cultural compõe-se de um variado leque de ações em que vão se delinear políticas de memória especializadas que combinam referenciais temporais de diferentes momentos do passado, do presente e do futuro, como construção de um devir negro no território. As urbanidades negras reivindicadas por estes repertórios (como a Pequena África) vão envolver pessoas, lugares, eventos, organizações; vão contemplar e valorizar personagens, mas também organizações como irmandades, sindicatos, grupos culturais negros; grafagens espaciais materiais, como construções (igrejas, cemitérios, estruturas do complexo escravagista, caminhos como a Pedra do Sal, outras edificações), mas também imateriais (como rodas, ranchos e escolas de samba, agremiações, casas de zungu, casas das tias, terreiros artefatos de valor religioso, rituais, danças, corpografias e carnaval Lentre outras) (SANTOS, 2022B).

Isso posto, repertórios espaciais se constituem em disputas de memória baseadas na multiplicação de referências espaciais negras, que incluem (i) a patrimonialização e musealização - e também a criação e fortalecimento de instituições voltadas para tais fins; (ii) disputa de toponímias, tomando a nomeação como ferramenta de memória e identidade; (iii) ocupação e ressignificação de espaços públicos mediante práticas culturais e religiosas

ativistas; (iv) judicialização de reivindicações; (v) articulação e incorporação de pautas raciais por autores de outras lutas urbanas, como as lutas por moradia, entre outras.

CAMINHOS E IMAGINÁRIOS: DIMENSÃO MATERIAL DA HISTÓRIA NA PEQUENA ÁFRICA

Um dado central na construção deste trabalho e que vem sendo pautado há décadas por pesquisadores, movimento negro e atores locais nesse território é o fato de que a Zona Portuária e o Centro da Cidade do Rio de Janeiro são marcados por uma ocupação negra que data do séc. XVI. É um território que atesta as experiências socioculturais dos africanos submetidos ao processo de escravização. Para Freitas (2022), sua dimensão material e simbólica deve ser compreendida a partir do entrelaçamento de elementos que assumem funções projetadas pelos grupos sociais mediante suas necessidades, aspirações e experiências que tecem com o lugar, resultando muitas vezes em uma realocação estética do passado, cuja apropriação cultural do espaço se dá também a partir do fluxo de capitais da escravidão.

Observamos que os contínuos projetos world class remodelam o espaço urbano enquanto configuram uma negação do direito à cidade a corpos não visados nestas intervenções. Trata-se de corpos em sua maioria racializados, que no perfil sócio-demográfico brasileiro também são atravessados por uma inscrição de classe e renda. Mas tamanha desestruturação não ocorre sem resistência. A região é marcada pelo contexto de luta contra a opressão e discriminação sofrida ao longo do tempo, o que configura as disputas de lugar e de memória. Tal luta caracteriza, a um só tempo, uma disputa também pela percepção, pelos sentidos subjetivos de quem percorre a área e a habita. Reconhecer-se no espaço enquanto um corpo negro, ver sua história e lutas grafadas na cidade, muda a percepção de si, do outro e da cidade. A cultura afro-brasileira é herança e vivência, estruturou historicamente e estrutura ainda a região, ainda que sua expressão seja negada no projeto imagético da cidade world class. Torna-se assim resistência.

Figura 1: Pedagogia das ruas, representação em lambe-lambe como forma de protesto e resistência



Fonte: Acervo GPDU PPGAU UFF, 2023.

A região da Pequena África possui patrimônios ligados à cultura negra, que só recentemente tiveram maior destaque dentre os pontos que se estabelecem como marcos na cidade. O tombamento histórico do Cais do Valongo é representativo de uma guinada na preservação e valorização do patrimônio da história da diáspora africana no Brasil. Sua descoberta se deu em 2011, pela arqueóloga Tania Andrade Lima que, inclusive, foi homenageada em 2023 pela descoberta (Gandra, 2023), e o processo de tombamento desse sítio arqueológico foi iniciado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), culminando em seu reconhecimento como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2017. O Cais configura um dos 12 pontos do Circuito Histórico de Herança Africana, mediante o Decreto Municipal n.º 34.803 de 29 de novembro de 2011.

Na cidade do Rio de Janeiro, os africanos recém-chegados eram levados para mercados e locais de venda, como o famoso Cais do Valongo, que foi o maior ponto de desembarque de africanos escravizados nas Américas, provavelmente no mundo. Estima-se que mais de um milhão de africanos tenham passado pelo local entre os séculos XVIII e XIX (IPHAN, 2023). João do Rio, em suas crônicas, fala dos negros islamizados que rezavam em árabe sobre os vendedores de ervas, rezadeiras, adivinhos, cantadores, entre outros. Situa, ainda, o contingente baiano que chegou ao Rio no final do séc. XIX, atraído pelas oportunidades financeiras, sociais e culturais que a cidade oferecia. Com o tempo e com as sucessivas leis

que libertaram os corpos negros da escravização física, a população afrodescendente se estabeleceu em diferentes partes da cidade e formaram comunidades e bairros específicos. Essas áreas urbanas passaram a abrigar uma vida cultural intensa, com a presença de celebrações, danças, músicas, religiosidades e outros aspectos do legado africano que se combinaram à realidade local.

Muitos desses migrantes se mudaram ou permaneceram após sua alforria na região portuária, estabelecendo-se nos arredores do Cais do Porto, Saúde e Gamboa, onde a moradia era mais barata e outros agrupamentos de negros já estavam instalados. O que culminou na formação de comunidades negras neste entorno que, combinado à realidade local de repressão, gerou também centros de resistência e irmandades.

Ao longo dos anos, essa região passou a ser conhecida como Pequena África e se expandiu abrangendo da Zona Portuária até a Praça Onze, o Morro da Providência e os bairros da Saúde, Gamboa, Campo de Santana e partes do Centro. A denominação é atribuída a Heitor dos Prazeres, compositor, cantor e pintor negro que viveu na área na primeira do séc. XX, tendo se mudado para lá vindo da Bahia com seus pais quando pequeno. Segundo Santos, a “algunha teria como objetivo retratar (e, certamente, celebrar) a forte presença negro-africana na região, caracterizada não apenas pelo alto contingente de pessoas negras, mas também densidade de práticas e matrizes culturais africanas e afro-brasileiras” (SANTOS, p. 1, 2022A).

Entendemos a criação do circuito da Pequena África como um marco extremamente valioso, mas cuja abrangência ainda pode ser ampliada e problematizada. Cabe interpelar a captura de alguns pontos de cultura negra pelo colonizador. Efetivamente, as políticas oficiais de turismo na área, em seus diversos circuitos, esvaziam o sentido político das lutas históricas por justiça espacial, pasteurizam memórias e referências afro-brasileiras, e juntam lugares de visitaçao como a roda gigante Rio Star ou o Museu do Amanhã com o Cais do Valongo. Alguns autores se referem a este processo de apropriação cultural como “valonguização” (Santos, 2022b). Tais ações e circuitos precisam ser repensado sob uma ótica descolonial para que não sejam perpetuados novos ciclos de violência sob o manto de uma suposta valorização cultural.

Neste trabalho buscamos, então, trazer à luz o que já habita o espaço, mas passa despercebido aos olhares e mapas oficiais. É contraditório que numa área historicamente habitada por uma população afro-brasileira se observe uma escassez de patrimônios afrocentrados, sendo expressiva a disparidade entre bens vinculados à memória e cultura negra no território, que representam apenas 9,6% do total patrimonializado (Severino, 2022). De acordo com análise proposta por Severino (2022), há 177 bens tombados que se distribuíram sob a tutela do IPHAN, Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC) e Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), e apenas 11 desses bens são classificados como patrimônios negros, número aquém do ideal, dada a proporção e a significância da Pequena África e sua importante história para a cidade e para o país. Em relação às perspectivas de disputa simbólica, compreendemos a partir de Severino (2022) o censo, mapa

e museu como instituições de poder que, interligadas, são mobilizadas na construção identitária dos Estados de formação colonial.

Diversos autores apontam que há na patrimonialização da Pequena África um processo de branqueamento cultural e da imagem do território (Coli; Santos 2019; Santos et. al., 2022b, Severino, 2022), compreendidos como apagamento de referências vinculadas a grupos não-brancos. Considerando este contexto, o movimento de criação de espaços world class evidencia o racismo presente nesse projeto que aprofunda o apagamento, já verificado nos espaços de memória e preservação, e que tem como objetivo um processo de branqueamento da cultura e da imagem do território.

Forma-se uma curadoria racista da percepção, um racismo dos registros, da negação dos espaços de memória, da seletividade dos espaços a serem preservados e criados. Nesse sentido, cabe pensar a discussão do patrimônio material, chave do intangível, do subjetivo, pela lente descolonial para reivindicar, mediante a fricção do território, uma territorialidade negra.

Em contrapartida ao apagamento, a presença aparece também na produção simbólica contemporânea, com papel significativo na expressão da subjetividade no espaço urbano. É a exteriorização corporificada no território, como demonstração de liberdade e ferramenta de disputa do lugar. As grafagens de arte urbana manifestam a cultura e as lutas de um povo, expressão afrodiaspórica que remonta à história, remarca territorialidades, festejos e afirmação de lugares de pertencimento. A partir disso, a cartografia busca evidenciar os repertórios de ação territorial afro-brasileiros contemporâneos, como patrimônio material que representa mais uma disputa por reconhecimento e valorização deste lugar, compreendido enquanto território negro de luta antirracista.

Santos (2022b) caracteriza um duplo processo de embranquecimento e alienação do espaço numa tendência à “desculturalização” da área. O grafite e outras formas de arte desempenham um papel significativo na disputa pela territorialidade, atuando como ferramentas de ação e transformação da cidade, por meio da expressão e identidade, transformação de espaços negligenciados, participação comunitária, luta e resistência, ativação de espaços públicos, narrativa histórica e cultural, além da conscientização coletiva.

As expressões artísticas podem colocar em evidência as demandas e necessidades da comunidade, proporcionando informações valiosas para as tomadas de decisão e a formulação de políticas mais alinhadas com as aspirações e valores da população. Nesse sentido, é preciso destacar o aspecto político das pedagogias de racialização, para ocupar a centralidade das narrativas de dizer sobre e para o outro.

ARTE, CULTURA E RITUAL: A PERSPECTIVA DO IMATERIAL E INTANGÍVEL NO ESPAÇO URBANO

As expressões culturais afro-brasileiras são uma forma poderosa de resistência simbólica contra o apagamento histórico que pode ocorrer devido à transformação urbana, mantendo

viva a herança afro-brasileira e fortalecendo o vínculo das comunidades com seu território. A imaterialidade do patrimônio e seu universo intangível, engendram diferentes interpretações do espaço urbano, que demandam novas formas de analisar as relações entre espaço, indivíduo, raça e subjetividades.

Busca-se reconhecer os espaços de re-existência com as práticas imateriais de uso do espaço como formas de agência popular e auto-organização para além de moradia, ligadas a uma espécie de habilidade específica de sobreviver e marcar o território, transitar em rituais cotidianos pelo espaço, a chamada "viração", nas palavras de Vera da Silva Telles (2006), junto às práticas culturais da religiosidade e da festa como modos de significação do espaço ao longo da história dos sujeitos afro diaspóricos na área (Porto-Gonçalves, 2002, 2020; Krenak, 2022).

A noção de co-definição do espaço, de tensionamento trazido pelas alteridades com agência política, territorializando-o, tem efeitos políticos contraditórios e limitados por novas formas de solidariedade e horizontalidades subalternas. Nesse contexto, os sujeitos subalternos negociam permanentemente sua identidade territorial, ora em ações afirmativas de reexistência, ora em adaptações aos códigos dominantes, em ações híbridas por vezes abrigadas nas instituições da cultura espetacularizada, como o Museu de Arte do Rio (MAR). Na busca de espaço político e de alargamento das condições de subjetivação e reimaginação do espaço, coletivos negros, grupos religiosos e associações culturais afro-diaspóricas constroem alianças e redes de apoio. Trata-se de lutas que transcendem séculos de opressão e silenciamento.

Nesse sentido, o samba, a capoeira, o candomblé e a umbanda tiveram um papel importante na formação da identidade carioca e na criação de uma rica herança cultural. Festividades como o Carnaval, fortemente influenciadas pela cultura africana, se tornaram marcas registradas do Rio de Janeiro e do Brasil e atraem visitantes de todo o mundo.

Figura 2: Colagem representativa sobre herança Africana presente na zona portuária do Rio de Janeiro



Nota: A colagem faz referência a herança Africana e sua história, colocando em paralelo os horrores da escravidão junto com um dos elementos de apagamento histórico presente no Rio de Janeiro (Cais do Valongo) e a ascensão religiosa e cultural dos povos pretos

Fonte: Luiz Paulo Ramos de Carvalho/ Acervo GPDU PPGAU UFF, 2023.

As políticas de branqueamento do território percorrem a história da urbanização carioca, como por exemplo, a reforma Pereira Passos, no começo do século XX, com as grandes expulsões de populações afrodescendentes e a demolição de suas construções em campanhas sanitaristas, higienistas e racistas do espaço (SANTOS, 2022A). Ainda assim as culturas africanas sobreviveram, adaptadas e sincretizadas às europeias, que sempre foram bem quistas pelo cenário hegemônico, e parte desses costumes foram preservados e formaram a base de nossa cultura brasileira.

As religiões de matriz africana se entrelaçam com outras expressões culturais, influenciando a música, a dança, a culinária, as festividades e as manifestações artísticas da cidade. Nessas perspectivas, desempenhou um papel crucial na formação de memória e identidade carioca que engloba conhecimentos, práticas e vivências, as quais são consideradas referenciais culturais de origem África.

Torres (2022), propõe reimaginar as diversas casas de santo que já estavam nesse território desde o final do séc. XIX, as quais existiam por legado das oferendas que eram realizadas na Pedra do Sal, que vinham desde o século XVIII, mas foram transferidas aos poucos. Essas casas são a representação de uma matriz africana, fortemente marcada pela presença de símbolos da cultura original, da religiosidade africana.

A Pequena África é também considerada o berço do samba carioca. Foi nessa região que as rodas de samba e as festas populares se desenvolveram, proporcionando um espaço de encontro e expressão cultural. O samba nasce das experiências, vivências e ambiências compartilhadas pelos moradores da Pequena África, consolidando-se como uma das principais expressões culturais do Rio de Janeiro. Nesse território, elementos musicais, danças, ritmos e instrumentos africanos foram incorporados ao samba, enriquecendo a sua sonoridade e criando conexão direta com as raízes africanas. Além disso, a região abrigava várias comunidades e cortiços, que eram moradias precárias, onde muitos negros e seus descendentes viviam. Esses espaços foram fundamentais para a preservação das tradições culturais africanas e para o desenvolvimento do samba. As casas e os quintais dessas comunidades, aos poucos, se transformaram em espaços de sociabilidade, onde músicos, compositores e dançarinos se reuniram para criar e compartilhar arte.

O circuito dos “quintais do samba” (casa de Tia Ciata, Tia Aurora, Mano Elo e Sinhô), em sinergia com o surgimento de associações no momento pós-abolicionista, cria a ambiência histórica de arte, cultura e ritual a qual, mais tarde, viria a inaugurar o samba carioca. De acordo com Theodoro (2022), foi Tia Sadata da Pedra do Sal, uma das fundadoras do Rancho Carnavalesco Rei do Ouro, que divulgou, com o apoio de Tia Bebiana de Iansã, nomes como Pixinguinha, Heitor dos Prazeres, Sinhô, entre outros. Assim, por conta das tias baianas festeiras da Praça Onze, como a Tia Ciata, esse local se tornou o ponto de referência do samba carioca.

Atualmente, apesar das lógicas de espetacularização e segregação que guiaram o projeto urbano Porto Maravilha, também há expressões culturais contra-hegemônicas que se baseiam na associação entre os cidadãos e o uso dos espaços urbanos, derivados das lutas históricas. Cruz (2023) revela como as narrativas orais de agentes culturais e a formação das redes de ação, compõem articulações com lutas sociais e comprometimento com novas práticas de apropriação e produção urbana, ou “repertórios espaciais de ação nas lutas anti-racistas”, conforme Santos (2018). Como se demonstrou ao longo deste artigo, os processos de renovação urbano-cultural são questionados e tensionados por comunidades negras da região e, assim, emergem disputas em torno dos usos e apropriações dos espaços públicos e de suas memórias, a sinalizar, com Ailton Krenak (...) e Agustín Lao-Montes, que “o futuro é ancestral”.

De acordo com Santos et. al., (2022), essa identidade africana, construída nesse espaço que temos como referência da cultura negra, é uma identidade que circula pela favela, pelas regiões mais baixas, no espaço do cais do porto. Trata-se da identidade dos lugares que vão criar matrizes e informações sobre a forma e a cultura por meio da religiosidade. Neste sentido, a formação do samba e de suas rodas condensa provas materiais e imateriais de um longo processo histórico de ocupação física e simbólica. Os corpos negros em movimento naquele território alimentam, até os dias de hoje, a memória e a experiência urbana.

Segundo Carvalho (2023), arte, cultura e ritual envolvem pessoas, lugares, eventos e organizações baseadas na multiplicação de referências espaciais, constituindo assim um leque de urbanidades negras reivindicadas por esses repertórios, ao invocar a memória dos

escravizados como um devir e torná-los companheiros na ideia de um 'futuro que é ancestral' (Krenak, 2022).

O patrimônio imaterial africano e afro-brasileiro desempenha um papel fundamental nessa área, preservando identidades culturais e resistindo à gentrificação. Essa resistência simbólica mantém viva a memória histórica e contribui para a preservação da cultura em face das transformações urbanas.

Essas práticas podem resultar na perda de identidade cultural, coesão comunitária e redes de apoio para as comunidades marginalizadas, além de perpetuar desigualdades e segregação socioespacial, concentrando recursos e oportunidades em áreas predominantemente brancas, enquanto áreas mais marginalizadas sofrem com a falta de investimentos e serviços básicos. É importante destacar, entretanto, que o conceito de embranquecimento do território não se refere apenas a uma mudança demográfica, mas também à disputa político-simbólica pelas representações sobre o lugar, na qual patrimônios materiais (arquitetônicos, urbanísticos) e imateriais (práticas culturais, a memória histórica) são mobilizados como signos de identidade

Compreende-se que o processo de embranquecimento do espaço da zona portuária do Rio de Janeiro é causa e produto de:

Embranquecimento no campo da prática espacial, na medida em que expulsa a população negra de áreas nobres e concentra recursos e oportunidades em áreas predominantemente brancas, enquanto áreas mais marginalizadas sofrem com a falta de investimentos e serviços básicos;

Embranquecimento no campo da representação do espaço, na medida em que imageticamente o espaço é promovido, por meio do marketing urbano, como um espaço atraente a novas presenças brancas;

Embranquecimento nos espaços de representação, que configura o estabelecimento simbólico de normas, valores, modo de se portar que não são ditos, mas sentidos, a partir de um novo ethos, e que implicam em como aquele espaço é vivenciado.

Pode-se também relacionar os repertórios espaciais que disputam o devir da cidade. Isso ocorre na medida em que os repertórios implicam numa disputa material, imagética e simbólica do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PEQUENA ÁFRICA, POR UM TERRITÓRIO ENEGRECIDO

A região portuária do Rio de Janeiro engendra questões de disputa de espaço e sentido que atravessam a sua história. Por se tratar de uma área de destaque, em uma das principais capitais latinoamericanas, é alvo de contínuos processos urbanos, que respondem a uma lógica hegemônica e almejam uma imagem de cidade específica, progressista, progresso este que varia conforme a temporalidade analisada, mas que sempre tem em comum o fator racial. A presença negra na área é majoritária há séculos, mas GPUs falham em atender essa

população, por desígnio. Contrapor o embranquecimento num território como a região portuária do Rio de Janeiro é afirmar histórias, apropriações, vivências que são negadas e desconsideradas. É realizar uma virada epistemológica descolonial e enegrecer o território, como procurou-se mostrar neste artigo.

O trabalho destacou a importância de interpelar o embranquecimento e silenciamento das comunidades negras da zona portuária do Rio de Janeiro, à luz de uma perspectiva descolonial para afirmar identidades territoriais afro-diaspóricas. A luta pelo reconhecimento da herança afro-brasileira é apresentada como essencial para a justiça espacial, refletindo a ideia de que "o futuro é ancestral", conforme reiterado por Krenak e Lao-Montes. Assim, o estudo enfatiza a valorização das vozes, corpografias, tradições materiais e imateriais das comunidades negras, propondo uma virada epistemológica que desafie as narrativas dominantes e os processos urbanísticos que marginalizam essas populações. As disputas por espaços públicos e suas memórias tornam-se centrais na luta pela justiça social, refletindo a necessidade de honrar legados culturais e construir uma narrativa mais inclusiva e representativa.

Por último, as futuras direções desta pesquisa incluem a colaboração com escolas públicas da área portuária para aprofundar a compreensão do impacto das ações do projeto, promovendo sua continuidade com vistas à valorização da história pública, bem como dos processos de planejamento de um território reinventado

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In:

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CARVALHO, Luiz Paulo R. **Arte, Cultura e Ritual**: percursos e grafagens para um museu território na Pequena África do Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Orientação: Fernanda Sánchez) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 52 págs. 2023.

COLI, Luiz Régis; SANTOS, Renato Emerson. **Planejamento popular e ativismos cartográficos na cidade do Rio de Janeiro**: perspectivas recentes de afirmação simbólica e territorial. Sessão Livre. Natal: ENANPUR, 2019.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo Urbano Entre o Discurso e a Prática**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

CRUZ, Giovana. **Redes de ação cultural na região portuária do Rio de Janeiro** : sujeitos, articulações e ocupações no tempo presente. 2023. 312 p. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2023.

GANDRA, Alana. "**Arqueóloga Carioca É Premiada Por Descoberta Do Cais Do Valongo**". 2023. Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/arqueologa-carioca-e-premiada-por-descoberta-do-cais-do-valongo>> Acesso em: 10 set. 2023.

GUTERMAN, Bruna C. **A Cidade Maravilhosa é a que luta: Disputas discursivas e territoriais na Cidade Olímpica**. Tese de doutorado - UFF. Niterói, 2017. 320f.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cais do Valongo** - Rio de Janeiro (RJ). 2023. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>>. Acesso em 01 out. 2024.

KRENAK, Ailton. 2022. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: Uma nova política da espacialidade**. Trad. Hilda Maciel, Rogério Haesbert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política**. Angela Lopes Norte (trad.) Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades, uma reflexão sobre epistemes e territórios. *in*: CECEÑA, Esther; SADER, Emir (Orgs). **La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. Niterói: **Revista PósGeo** UFF, 2020.

SÁNCHEZ, Fernanda. **Cidade Espetáculo**. Política, Planejamento e City Marketing. Curitiba: Palavra, 1997.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos Editora da Unochapecó, 2a Edição, 2004.

SANTOS, R. E. DOS et al. **Disputas de Lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo?** 1o Seminário Internacional de Urbanismo Biopolítico. RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (orgs.). Belo Horizonte: Fluxos, 2018. p. 464-491.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. Pequena África: contra o branqueamento, um território negro na área central do Rio de Janeiro. *in*: **Tramas de las desigualdades en América Latina y el Caribe**. Saberes, Luchas y Transformaciones. 9a Conferência de CLACSO, Anais. México: UNAM e CLACSO, 2022A.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Territórios Negros**: patrimônio e educação na Pequena África [recurso eletrônico] / organização Renato Emerson (et al.). 1. ed., Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022B.

SEVERINO, Anthony Matos. **Patrimônios em disputa**: uma análise dos bens tombados na Pequena África, Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Orientação: Renato Emerson Santos). 70 f. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2022.

TELLES, Vera da Silva; Cabanes, Robert (Org.). **Nas Tramas da Cidade** - trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

THEODORO, Helena. Os Territórios Negros do Rio de Janeiro. In: SANTOS, R. E. et al (org.). **Territórios Negros**: Patrimônio e Educação na Pequena África. p.18-37. Recurso Digital. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

TORRES, Luiz C. Quilombo Pedra do Sal: Herança Africana do Porto, do Santo e do Samba. *In*: Renato Emerson et al. Org. **Territórios Negros**: patrimônio e educação na Pequena África [recurso eletrônico] / 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 104-109.